

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 58

Aos três dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em sessão extraordinária, com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, Carlos Valentim Armada de Sousa Silva, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Maria Helena Dias Camelo, Domingos Simões Maia, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Manuel Marques Anileiro, Manuel Tavares Duarte, Arlindo da Cruz, António Pereira Campos Naia, Henrique Manuel Aubry O. P. Gouveia, Maria Antónia Corga Vasconcelos Pinho e Melo, Silvério Conde Teixeira, António Rocha Dias de Andrade, Celso Sousa Figueiredo Gomes, Maria Joana Gaspar Melo A. C. Cruz, Pedro Martins Bastos, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, António Maio Ferreira Capela, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Manuel Gaspar Fernandes.

Por se verificar a ausência de todos os membros que compõem a mesa daquele Órgão colegial, assumiu a orientação dos trabalhos para a eleição da mesa, o Vogal Henrique Domingos, na qualidade de cabeça da lista mais votada (CDS), tendo sido indicados para escurtinadores os Vogais António Granjeia (CDS) e Gaspar Fernandes (PSD).

Feita a votação, por escurtínio secreto, obteve-se o seguinte resultado: Henrique Domingos - 23 votos; Maria Josefa - 14 votos; António Granjeia - 12 votos; Silvério Teixeira - 9 votos; Pontes Gouveia - 6 votos; Maria Antónia - 5 votos; Rocha Andrade - 2 votos; Maria Helena - 1 voto; uma lista em branco.

Face ao resultado da votação, assumiu a presidência da sessão o Vogal Henrique Manuel Marques Domingos, secretariado pelos Vogais Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano e António Manuel Carvalho Serra Granjeia, na qualidade de primeiro e segundo secretários, respectivamente.

Pelas 18.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente sessão.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Alberto Dionísio Branco Lopes, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Judite Yolanda Capelo dos Santos, João Francisco do Casal, José Maria Lobo Portugal M.R. Raposo, Manuel de Carvalho Bernardes, Estêvão de Sousa Rosas, Vítor José Pedrosa da Silva, Valdemar Filipe Ramos Gomes dos Santos, Jorge Cardoso Vale Leite da Silva, Fernando dos Santos Manata, Carlos Manuel Natividade Costa Candal, Flávio Ferreira Sardo, João Manuel Caniço Seiça Neves, Manuel Simões Madail, António Henrique Sancho, João Gamelas da Silva Matias, Horácio Camões Sobral, Vital Marques Miranda, Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Neste momento, deu entrada na sala o Vogal António Vieira.

Iniciados os trabalhos, o Presidente da mesa pôs à votação o haver ou não período de antes da ordem do dia, tendo o mesmo sido rejeitado com 4 votos a favor, 14 contra e 8 abstenções.

Seguidamente, o Vogal Eduardo Ramalheira apresentou um requerimento à mesa, que a seguir se transcreve: "Nos termos do Artigo 8º, alínea a) do Regimento desta Assembleia, venho requerer a V.Exa. que na Agenda presente hoje a esta reunião, seja alterada a ordem de trabalhos, de forma que a, aprovação, digo, discussão e aprovação do ponto 3 antecedam as do ponto 1. Sendo incerta a presença do requerente nas duas próximas reuniões desta Assembleia, ou talvez em outras mais, pela sua provável e iminente ausência de Aveiro, em serviço inadiável; o mesmo requer, por motivos óbvios de discussão e elucidação pertinente - Política e medidas de preservação de solos agrícolas na área de Concelho, (que lhe diz respeito, bem como à "Comissão ad hoc" mandatada por este órgão autárquico) a alteração acima referida."

Neste momento, deu entrada na sala o Vogal António Alves.

Posto à votação, foi o mesmo aprovado com 10 votos a favor, 7 contra e 10 abstenções.

Seguidamente, a Vogal Maria Antónia, apresentou a seguinte declaração de voto: "Votámos contra por considerarmos que prejudica os trabalhos da Assembleia a alteração da ordem. Pensamos que o ponto 1, já iniciado, deve ser concluído."

*Albuquerque* .3. *Al*

De imediato, foi dado inicio à apreciação do Ponto Nº 3 da Ordem de Trabalhos:

PONTO Nº 3 - POLÍTICA E MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DE SOLOS AGRÍCOLAS NA ÁREA DO CONCELHO : - Sobre esta matéria, usou da palavra o Vogal Eduardo Ramalheira, que teceu longas considerações e apresentou uma moção, que é do seguinte teor: "1 - Considerando que, em 28 de Novembro de 1981, em Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, foram discutidos, esclarecidos e aprovados, por unanimidade, os critérios prioritários de preservação dos solos de capacidade de uso agrícola do concelho de Aveiro, propostos pela Comissão ad hoc mandatada para tal, que explicitavam, entre outros pontos, a urgente necessidade por parte da Câmara Municipal de dar cumprimento à: alínea a) execução imediata do Artigo nº 13 do Decreto-Lei nº 308/79 de 20 de Agosto, o qual estabelece (Sic) "...deverão as Câmaras Municipais propôr à aprovação do Ministério de Habitação e Obras Públicas, através da Direcção Geral de Planeamento Urbanístico os perímetros dos aglomerados urbanos dos respectivos concelhos"; alínea b) definição concreta de uma política de expansão urbanística nas manchas contínuas de solos de capacidade de uso não agrícola, cuja área nos limites do concelho de Aveiro ascende a cerca de 4.000 hectares; 2 - Considerando que até ao momento presente não foi dado cumprimento, nem à alínea a) do ponto 1 desta Moção, nem tão pouco à alínea b) - cujo prazo concedido à Câmara Municipal de seis meses terminou em Junho próximo passado, por deliberação deste órgão autárquico na 2ª reunião da Sessão Extraordinária de 18 de Dezembro de 1981, no que diz respeito, e tão sómente, à referida alínea b); 3 - Considerando que, além disso, a promulgação do Decreto-Lei nº 152/82 de 3 de Maio confirma e reforça os critérios aprovados pela Assembleia, do qual se transcreve (Sic) o terceiro parágrafo do Preâmbulo " as novas medidas legais agora promulgadas que complementam sem as revogar, as actualmente em vigor, pretendem essencialmente suprir algumas das deficiências mencionadas, facultando uma abundante produção de solos urbanizados e a sua utilização para novas habitações"; proponho que, para salvaguarda da ética desta Assembleia Municipal, que assumiu oportunamente as suas competências deliberativas em vão, a Câmara Municipal pela voz autorizada do seu Presidente, além de explicitar o ponto da Agenda relativo à defesa dos solos, delimite e exponha hoje mesmo, nesta reunião, as lacunas em técnicos e outros meios indispensáveis, uma vez preenchidas, ao cumprimento do já deliberado na matéria em apreciação, assu-

*Handwritten signature and initials*  
4.

mind o cumprimento solene perante esta Assembleia, de incluir uma dotação, ou de promover a sus inclusão, numa rubrica própria para suprir essas carências, se as houver, no próximo Orçamento Ordinário, para cumprimento das medidas aprovadas, após ratificação da nova Assembleia, imediatamente a partir de Janeiro de 1983."

Posta à discussão usou da palavra o Presidente da Câmara que teceu várias considerações sobre a Moção apresentada e deu nota das dificuldades havidas na execução do trabalho por parte dos Serviços Técnicos Municipais e das diligências efectuadas junto da Divisão da Sub-Região Agrária.

De novo no uso da palavra, o Vogal Eduardo Ramalheira teceu algumas considerações sobre o assunto, tendo realçado a urgência que o problema requer.

Seguidamente, o Vogal Rocha Andrade, no uso da palavra, corrobora as palavras do Vogal Eduardo Ramalheira, tecendo rasgados elogios àquele Vogal não só pela sua competência técnica mas também pelo seu empenho dispensado à causa. Teceu, também, algumas considerações sobre o assunto, nomeadamente sobre a riqueza dos solos agrícolas do concelho e conseqüente necessidade do seu ordenamento urbanístico.

Imediatamente a seguir, a Vogal Maria Antónia, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre o mapa apresentado à Assembleia Municipal, o qual continha a classificação dos solos agrícolas no concelho de Aveiro, tendo perguntado se o Sr. Presidente da Câmara tinha ou não acesso ao referido mapa.

De seguida, usou da palavra o Presidente da Câmara que prestou alguns esclarecimentos no seguimento das questões postas pela Vogal Maria Antónia.

Seguiu-se nova intervenção do Vogal Eduardo Ramalheira que prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre a entidade a quem a Câmara deverá solicitar apoio para a resolução do assunto, tendo o Presidente da Câmara prestado alguns esclarecimentos sobre o mesmo.

Entretanto, os trabalhos foram interrompidos para jantar.

Eram 20 horas e 45 minutos.

Reiniciados os trabalhos pelas 22 horas e 30 minutos, verificaram-se as presenças dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Maria Helena Dias Camelo, Domingos Simões Maia, Maria



Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Manuel Marques Anileiro, Manuel Tavares Duarte, Valdemar Filipe Ramos Gomes dos Santos, Arlindo da Cruz, António Pereira Campos Naia, Henrique Manuel Aubry O. P. Gouveia, Maria Antónia Cor<sub>ga</sub> Vasconcelos Pinho e Melo, António Rocha Dias de Andrade, Celso Sousa Figueiredo Gomes, António Manuel de Almeida Alves, Maria Joana Gaspar Melo A. C. Cruz, Pedro Martins Bastos, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, António Maio Ferreira Capela, Manuel Gaspar Fernandes.

Faltaram os Vogais Alberto Dionísio Branco Lopes, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Judite Yolanda Capelo dos Santos, João Francisco do Casal, José Maria Lobo Portugal M. R. Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa Silva, Manuel de Carvalho Bernardes, Estêvão de Sousa Rosas, Vítor José Pedrosa da Silva, António José Ferreira Simões Vieira, Jorge Cardoso Vale Leite da Silva, Fernando dos Santos Manata, Silvério Conde Teixeira, Carlos Manuel Natividade Costa Candal, Flávio Ferreira Sardo, João Manuel Caniço Seiça Neves, Manuel Simões Madail, António Henrique Sancho, João Garmelas da Silva Matias, Horácio Camões Sobral, Vital Marques Miranda, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Seguidamente, o Presidente da Mesa propõe que a Câmara Municipal contacte o Sr. Eng. Quintino Rogado - Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário - Av<sup>o</sup> Artur Ravara, em Aveiro, em virtude de ser a entidade que superintende nesta matéria.

Propôs ainda o Presidente da Mesa que se preste homenagem à comissão "ad hoc" e em especial ao Vogal Sr. Eng<sup>o</sup> Eduardo Ramalheira.

Imediatamente a seguir, foi posta à votação a mencionada Moção, tendo merecido aprovação por unanimidade.

Seguidamente, deu-se entrada no Ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos:

PONTO Nº 1 - AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS:- Sobre esta matéria, usou da palavra o Presidente da Câmara, que submeteu de novo à aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação da Câmara de oito do corrente e que é do seguinte teor: "ALIENAÇÃO DE BENS - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS:- - Em sequência da deliberação tomada em 15 de Setembro, último, foi apreciada a avaliação feita pelo Sr. Eng. Maçarico no terreno Municipal anexo às actuais instalações da Caixa Geral de Depósitos e loja que presentemente se encontra arrendada àquela Instituição de Crédito, a qual aqui se dá com trans-

.6.

crita. Após troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a citada venda pela quantia total de dezoito milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos e, ainda, levar o assunto à consideração da próxima Assembleia Municipal. Mais foi deliberado, também por unanimidade, conferir poderes ao Sr. Presidente, ou a quem suas vezes fizer, para outorgar na respectiva escritura."

De seguida, prestou vários esclarecimentos sobre a mesma, tendo o Eng<sup>o</sup> Maçarico fornecido os pormenores técnicos tidos por convenientes.

Posta à discussão, usou da palavra o Vogal Rocha Andrade que começou por se referir às considerações tecidas na última reunião, tocando não só a parte estética como também o aspecto económico-financeiro, sugerindo que, em alternativa à alienação, fosse estudada a cedência a título precário, para que, no futuro, a Câmara não tenha que enfrentar situações onerosas, quando viesse a encarar a possibilidade de um arranjo definitivo da Praça.

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a forma de utilização do terraço a construir.

De imediato, o Vogal Pedro Bastos, no uso da palavra, teceu várias considerações sobre o assunto corroborando as palavras do Vogal Rocha Andrade. Perguntou, ainda, quais as dificuldades encontradas pelo executivo para pôr em prática as propostas discutidas na última reunião e se existe alguma perspectiva para o arranjo da Praça.

Seguidamente, usou da palavra, a Vogal Maria Antónia que se referiu às considerações tecidas pelo Sr. Presidente da Câmara na última reunião relativamente às propostas apresentadas, criticando o facto de a Câmara apresentar, de novo, a mesma proposta sem quaisquer alterações.

De seguida, o Presidente da Mesa teceu algumas considerações sobre a questão em debate.

Seguiu-se prolongada troca de impressões em que intervieram os Vogais Rocha Andrade, Maria Antónia e Pedro Bastos, que focaram, com unanimidade, o facto do futuro da Praça ficar comprometido.

Seguiu-se nova intervenção do Presidente da Câmara com apontamentos de esclarecimento .

Também o Vereador Cruz Tavares prestou alguns esclarecimen-

*Albino 7.*

tos de ordem técnica.

Após prolongada troca de impressões em que voltaram a intervir os Vogais Rocha Andrade, Maria Antónia e Pedro Bastos, reforçando os pontos já apontados, o Vogal Valdemar Ramos, apresentou um requerimento à Mesa e que a seguir se transcreve: "Requiro que se passe imediatamente à votação uma vez que o assunto está suficientemente discutido."

Posto à votação, foi o mesmo aprovado com 12 votos a favor, 7 contra e 5 abstenções.

Imediatamente a seguir, o Presidente da Mesa pôs à votação a proposta de alienação do terreno e lojas à Caixa Geral de Depósitos, descritos na deliberação da Câmara atrás mencionada, tendo sido aprovada com 14 votos a favor, 9 contra dos Vogais Rocha Andrade (PS), Arlindo Cruz (CDS), Maria Antónia (PSD), Henrique Pontes Gouveia (PPM), Celso Gomes (PS), António Alves (PS), Maria Joana Albino (PS), Pedro Bastos (APU), Gaspar Fernandes (PSD), e uma abstenção.

O Vogal Eduardo Ramalheira apresentou a seguinte declaração de voto: "O sentido da minha abstenção reside nas dúvidas que em mim ainda subsistem para completa clarificação da questão: já que, com efeito, por parte da Câmara Municipal houve um propósito de elucidação, a meu ver, não exaustivamente atingido; por parte da oposição houve pertinentes pontos levantados, afloradas dúvidas e sugeridas soluções alternativas que não encontraram o devido eco pelo imprevisto fim do debate."

Também o Vogal Pedro Bastos apresentou a seguinte declaração de voto: "O assunto não foi suficientemente debatido e esclarecido e que foi por uma imposição de uma maioria, que eu considero até certo ponto anti-democrática, na discussão de um assunto que interessava a toda a população de Aveiro, foi cortada a possibilidade de se ter esclarecido um assunto que há longos anos, numa zona sensível da cidade, tem sido ponto de polémica das populações de Aveiro, por autênticos mamarrachos que têm sido constituídos à rebelia da sua opinião, e por outro lado, salvaguardar que de facto a APU discorda completamente do projecto que a Câmara aprovou, por falta de elementos esclarecedores e do diálogo furtivo e enriquecedor de todas as opiniões."

Foi ainda apresentada pela Vogal Maria Antónia a seguinte declaração de voto: "Votámos contra a venda à Caixa Geral de Depósitos, da área pretendida por esta, por considerarmos que com esta alienação, a actual Câmara compromete quase definitivamente, de futuro, qualquer tentativa de corri-

gir, do ponto de vista urbanístico, toda a área fronteira à Câmara Municipal."

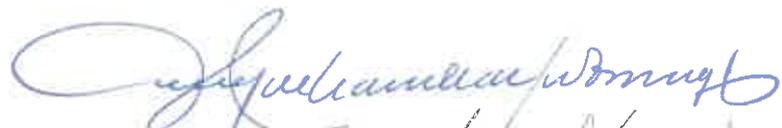
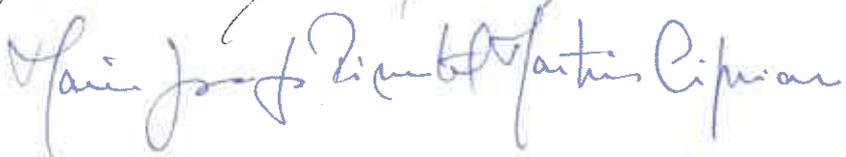
O Vogal Rocha Andrade, no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração de voto: "O Grupo do Partido Socialista votou contra, pelas mesmas razões que ainda à pouco, a porta-voz do grupo do PSD referiu. Consideramos: 1º - Que a solução preconizada e que foi aprovada maioritariamente, infelizmente por uma maioria escassíssima - numa Assembleia de 47 elementos, houve 14 votos a favor, 9 contra e uma abstenção, mas democraticamente é assim e a deliberação está tomada - mas uma maioria escassíssima, deliberou sobre uma questão que, a nosso ver, compromete em termos futuros e porventura de modo definitivo, um arranjo urbanístico de uma zona extremamente sensível e que deveria ser salvaguardada, a todo o custo, desta cidade. Por outro lado, requeria, nesta declaração de voto, que da acta constasse expressamente, que os elementos presentes do grupo do Partido Socialista votaram contra."

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos e declarou suspensa a presente reunião, tendo sido deliberado continuar os trabalhos no próximo dia 5 do corrente, pelas 21.30 horas, no Salão Cultural do Município.

Eram 0 horas 15 minutos do dia 4 de Novembro.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do nº 4º do Artigo 105º da Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente e por todos os membros presentes, depois de subscrita por mim, , Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

  
António Joaquim Branco  
  
Maria José Ribeiro Martins Cipriano